

XII
CONLAB

1º Congresso

da Associação Internacional de Ciências Sociais
e Humanas em Língua Portuguesa

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa
1 a 5 de Fevereiro de 2015

1º congresso



ALP
CSH

LIVRO DE ATAS

XII CONLAB

Título:

Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional
de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa 2015,

Isabel Corrêa da Silva, Marina Pignatelli e Susana de Matos Viegas (Coord.)

Capa, revisão e paginação: Leading Congressos

1ª edição: janeiro de 2015

ISBN: 978-989-99357-0-9

Crise Económica em Portugal: Alterações nas Práticas Quotidianas e nas Relações Familiares¹

Raquel Ribeiro

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal
rmp.ribeiro@gmail.com

Catarina Frade

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal
Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal, cfrade@fe.uc.pt

Lina Coelho

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal
Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal, lcoelho@fe.uc.pt

Alexandra Ferreira-Valente

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal
Universidade Lusíada de Lisboa, Portugal, mafvalente@gmail.com

Resumo

Apesar das previsões de um tímido crescimento económico para 2014, Portugal atravessa a pior crise económica da sua história democrática, com níveis de desemprego nunca antes experienciados. Neste artigo apresentamos resultados de um estudo em curso sobre a forma como a crise económica está a afetar os casais em idade ativa com filhos dependentes. Os resultados preliminares sugerem a importância do desemprego, da intensidade da redução do rendimento familiar, do peso do endividamento no orçamento familiar e do efeito cumulativo das alterações às práticas quotidianas familiares na degradação do bem-estar psicológico/emocional dos cônjuges e no aumento das discussões no casal. Analisa-se a solidariedade das redes sociais informais no apoio a esses casais em dificuldades e discute-se o papel do Estado Social, o impacto económico e social das políticas públicas.

Palavras-chave: Crise económica, desemprego, endividamento, relações familiares, impacto psicossocial negativo.

1. Introdução

Uma crise que começou no mercado hipotecário *subprime* nos Estados Unidos em 2007 rapidamente alastrou ao sistema financeiro global e tornou-se, na opinião de muitos economistas (e.g. Soros, 2008), a pior crise financeira desde a Grande Depressão. Do sector financeiro a crise estendeu-se à economia real, com consequências dramáticas sobre a produção e a procura, tendo também contaminado as finanças públicas. Os cortes no investimento e na despesa pública, sobretudo nos setores sociais, vieram reforçar os números do desemprego (Maier, 2011; United Nations [UN], 2013; UNDP, 2009). De 2007 a 2012 verificou-se uma diminuição de cerca de 67 milhões de empregos, sobretudo nos países mais desenvolvidos (UN, 2013).

¹ Este artigo foi escrito no âmbito do projeto “FINFAM – Finanças, Género e Poder: como estão as famílias portuguesas a gerir as suas finanças no contexto da crise?” (PTDC/IVC-SOC/4823/2012 – FCOMP-01-0124-FEDER-029372), financiado por fundos FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade e por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Apesar de alguns sinais de recuperação económica nas economias desenvolvidas em 2013, os atuais níveis de crescimento não são suficientes para gerar criação de emprego. Com efeito, a taxa de crescimento global da economia de 2.9% encontra-se ainda mais de um ponto percentual abaixo da taxa média de crescimento anual registada na década anterior à crise (International Labour Office [ILO], 2014). Como consequência, os problemas estruturais do mercado de trabalho estão-se a agravar, à medida que o desemprego se torna mais prevalente e que a sua duração média aumenta em muitos países (ILO, 2014).

Na União Europeia, as medidas tomadas pelos Estados para enfrentar a crise (recapitalização dos sistemas financeiros, ajuda a setores domésticos e empresariais, pacotes de incentivos fiscais, etc.), tornaram visíveis as limitações estruturais e os desequilíbrios da zona Euro (Primo Braga & Vincelette, 2010). Neste sentido, países como a Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha, viram acrescer aos efeitos da crise económica e financeira internacional a crise das dívidas soberanas. A fragmentação financeira da zona Euro colocou a economia portuguesa entre as mais vulneráveis, conduzindo à inevitabilidade do pedido de assistência económica e financeira da *Troika*, i.e. Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional (Banco de Portugal, 2014).

Assim, embora a maioria dos governos europeus tenha lançado programas de consolidação orçamental na segunda fase da crise, a partir do final de 2009, com cortes significativos nos sistemas de proteção social, estes cortes foram especialmente profundos nos países sob assistência financeira internacional, como Portugal.

Partindo de um estudo em curso sobre a forma como as famílias portuguesas com filhos dependentes estão a lidar com a crise económica (Coelho et al., 2014), este artigo procura analisar em que medida a situação profissional dos cônjuges e as mudanças ocorridas na vida familiar durante a crise, estão associadas a uma degradação do bem-estar psicológico/emocional dos cônjuges e ao aumento das discussões no casal. Visa ainda analisar a solidariedade das redes sociais informais e discutir o papel do Estado Social no apoio a esses casais em dificuldades.

1.1. Efeitos da Crise Económica no Mercado de Trabalho em Portugal

A crise económica internacional e a subsequente crise da dívida pública nacional vieram agravar a situação de débil crescimento económico que se verificava em Portugal desde os inícios do segundo milénio, altura em que o processo de convergência com o nível médio de rendimento *per capita* da União Europeia foi interrompido (Banco de Portugal, 2014; Gonçalves, 2005). Com efeito, a deterioração do mercado de trabalho e das condições de emprego vinham a ser sentidas de forma particular no país desde a adesão à União Monetária. Portugal encontrava-se entre os países da União Europeia com maior crescimento do desemprego na última década (Silva & Pereira, 2012; Valadas, 2013): em 2001 a taxa de desemprego era de apenas 4% (o valor mais baixo desde 1970), em 2013 ela tinha quadruplicado, atingindo os 16.3% (Valadas, 2013), o valor mais elevado da história democrática do país (PORDATA, 2014a).

O forte crescimento do desemprego decorrente da crise internacional afetou todos os grupos etários, mas foi particularmente acentuado nos grupos mais jovens da população portuguesa. No grupo etário dos 15 aos 24 anos, a taxa de desemprego passou de 9.4%, em 2001, para 37.7%, em 2013. No grupo etário dos 25 aos 34 anos o aumento foi de 14.9 pontos percentuais, passando de 4.1%, em 2001, para 19%, em 2013. Já na faixa etária dos 35 aos 44 anos o aumento foi de 11.1 pontos percentuais (3.2% para 14.3%) enquanto na faixa etária dos 45 aos 54 anos de idade os valores passaram de 3.0% para 13.8%. Também o desemprego de longa duração teve um aumento acentuado, de 40% do desemprego total em 2001 para 62% em 2013 (Banco de Portugal, 2014).

Estes dados são particularmente importantes tendo em conta as fragilidades do sistema de proteção social em caso de desemprego. Se já em 2000, na perspetiva de Gallie e Paugam (2000, cit. in Valadas, 2013), o sistema de proteção social português se enquadrava nos sistemas *subprotetores*, as mudanças ocorridas desde então, e nomeadamente já durante o período de assistência financeira, vieram fragilizar ainda mais a situação dos desempregados em Portugal (Valadas, 2013). No espaço de uma década, o rácio de proteção baixou para perto de metade, passando de 82.9% para apenas 44.8% (Silva & Pereira, 2012). Assim, para além de deixar desprotegidos um número elevado de trabalhadores desempregados, o crescimento do desemprego de longa duração sugere também a ineficiência do sistema na diminuição do tempo de desemprego.

Num contexto em que as necessidades dos trabalhadores e desempregados são crescentes e prementes, dada a insegurança social e económica resultante do agravamento da crise económica e financeira, assiste-se a um recuo por parte do Estado, quer nos apoios concedidos, quer na sua função de mediação e regulação do mercado de trabalho (cf. Silva & Pereira, 2012; Valadas, 2013). Com efeito, as diversas mudanças introduzidas nas regras de atribuição e funcionamento das prestações sociais² permitiram, apesar do forte crescimento da taxa de desemprego dos últimos anos, manter contido o crescimento da despesa com prestações de desemprego (Silva & Pereira, 2012).

Por outro lado, o número de pessoas disponíveis para trabalhar em empregos precários, mal remunerados e de curta duração tem aumentado significativamente (Centeno & Novo, 2013; Valadas, 2013). No que respeita aos jovens, mais de 50% dos empregos são de carácter temporário. Isto é particularmente grave quando os custos de ajustamento têm incidido essencialmente sobre os trabalhadores com vínculos precários: 2/3 dos trabalhadores que perderam o emprego em 2010 tinham contrato a prazo (Silva & Pereira, 2012). Mas mesmo os trabalhadores com vínculos profissionais mais estáveis e protegidos face ao desemprego viram o seu rendimento sofrer grandes cortes em consequência da crise, de que são exemplo a sobretaxa extraordinária de 3.5% aplicada em sede de IRS a trabalhadores e pensionistas ou os cortes salariais aplicados aos trabalhadores do sector público (cf. Lopes & Frade, 2012).

Neste contexto é de referir que Portugal apresenta uma das mais elevadas taxas de pobreza³ da zona Euro. O seu aumento em 0.8 pontos percentuais em 2013 face a 2012 inverteu a tendência descendente verificada nos anos anteriores. Para esta situação contribuiu uma fração significativa de trabalhadores em situação de pobreza (cerca de 10%) e o aumento do desemprego. Em 2012, a taxa de pobreza entre os desempregados era de cerca de 40%, mais do dobro da taxa para o conjunto da população (Banco de Portugal, 2014).

Dado que é essencialmente com base no rendimento do trabalho, em especial do trabalho por conta de outrem, que indivíduos e famílias estruturam os seus projetos de consumo e endividamento, o desemprego e a diminuição de rendimento disponível podem acarretar consequências particularmente gravosas numa população já fortemente endividada (Costa & Farinha, 2012; Frade et al., 2006).

1.2. Crise Económica e Endividamento

A sociedade de consumo baseada no crédito aos consumidores⁴ (*consumer credit*) surgiu nos Estados Unidos em meados do século XX (Burton, 2008) com a desestigmatização do crédito e a democratização do seu acesso. O recurso ao crédito para compra de habitação ou outros bens só se tornou, contudo, uma realidade na sociedade portuguesa a partir da década de 1990s (Frade et al., 2006; Marques & Frade, 2000). O crédito veio proporcionar uma melhoria substancial da qualidade de vida de muitas famílias, ao permitir o acesso a bens indispensáveis como habitação, máquina de lavar roupa ou louça, automóvel, televisão ou atividades culturais e de lazer (Frade et al., 2006). De uma taxa de endividamento⁵ de apenas 20% do rendimento disponível em 1990, Portugal tornou-se rapidamente num dos países com mais elevadas taxas de crescimento do endividamento: de 40%, em 1995, passou-se para 80% em 1999 e 130.5% em 2009 (Costa & Farinha, 2012; Frade et al., 2006; Marques & Frade, 2000; Santos, Teles, & Serra, 2014).

Na sociedade portuguesa a expansão acelerada do crédito ocorreu num ambiente económico favorável, caracterizado pelo crescimento continuado dos salários reais conjugado com a descida continuada da taxa de juro e

2 Para uma sistematização das mudanças ver, por exemplo, Valadas (2013).

3 A taxa de pobreza corresponde à percentagem de indivíduos que dispõem de um rendimento anual líquido por adulto equivalente inferior a 60% do rendimento mediano por adulto equivalente no país.

4 Por crédito aos consumidores entende-se empréstimo a particulares que não se destina a uma atividade económica e profissional, contrapondo-se ao crédito às empresas. Inclui o crédito destinado à aquisição de bens imobiliários, nomeadamente habitação, e o crédito para a aquisição de outros bens e serviços, vulgarmente designado por crédito ao consumo (Frade et al., 2006).

5 Entende-se por *endividamento* o saldo devedor de um agregado familiar que pode resultar de um único compromisso de crédito ou de mais do que um em simultâneo, neste caso *multiendividamento* (Marques & Frade, 2000).

correspondeu, em grande medida, a uma resposta racional⁶ dos agentes económicos ao enquadramento político-social (ver, por exemplo, Banco de Portugal, 2014; Frade et al., 2006). Num contexto de inexistência de um mercado de arrendamento efetivo conjugado com políticas públicas promotoras do endividamento hipotecário (bonificações associadas a empréstimos para aquisição de habitação própria permanente, incentivos fiscais concedidos em sede de IRS para aquisição, construção ou beneficiação de imóveis para habitação própria e permanente ou para arrendamento, regimes fiscais promotores de contas poupança-habitação, etc.), a compra de casa própria surgiu como a melhor opção para colmatar as necessidades de alojamento de muitos agregados familiares (cf. Santos, Teles, & Serra, 2014). Com efeito, o endividamento das famílias portuguesas é sobretudo com o crédito à habitação, que representa cerca de 80% do endividamento global das famílias, valor que se tem mantido relativamente constante ao longo dos anos (Banco de Portugal, 2014).

Se até ao irromper da crise económica e financeira o endividamento não ofereceu grandes razões para alarme (Santos, Teles, & Serra, 2014), ele fez, contudo, aumentar a vulnerabilidade a acontecimentos pessoais ou contextuais passíveis de comprometerem o equilíbrio financeiro das famílias e o pagamento das dívidas (Frade & Conceição, 2013). Com efeito, diversos estudos mostram que, de entre todas as variáveis passíveis de criar fenómenos de sobre-endividamento⁷, a evolução do mercado laboral, sobretudo do desemprego, constitui uma das mais relevantes (Frade et al., 2006; Thorne & Anderson, 2006). Assim, os efeitos da crise económica no mercado de trabalho, conjugados com a contração do Estado Social, vieram colocar a descoberto a gravidade do endividamento das famílias, propiciando o aparecimento de situações de sobre-endividamento e/ou de incumprimento⁸ (Santos, Teles & Serra, 2014).

1.3. Redes Informais de Solidariedade

Apesar de Portugal ser um dos países da União Europeia em que mais famílias reportam dificuldades financeiras, estas dificuldades manifestadas têm a particularidade de não se traduzirem em níveis equivalentes de incumprimento (Santos, Teles, Matias, Brown, & Spencer, 2013, cit. in Santos, Teles, & Serra, 2014). Com efeito, a rápida expansão do crédito e do crescimento das taxas de endividamento não foram acompanhadas de um aumento dos níveis de incumprimento das famílias, apresentando Portugal uma das mais baixas taxas de incumprimento dos países da UE com equivalente grau de endividamento (Lopes & Frade, 2012).

De facto, os indivíduos e as famílias sobre-endividadas podem não incorrer em incumprimento se tiverem a capacidade de mobilizar os meios necessários para suprir a sua própria insuficiência de rendimentos (Frade et al., 2006), nomeadamente através de ajuda financeira das redes informais de solidariedade, dos familiares e amigos. Assim, no caso português, o processo de financeirização das famílias não parece ter substituído a Sociedade Providência (cf. Santos, 1993). Os baixos níveis de incumprimento verificados testemunham a importância do apoio prestado pelas redes informais de solidariedade (Frade et al., 2006; Lopes & Frade, 2012; Santos, Teles, & Serra, 2014), mostrando como as redes sociais se (re)configuram de modo a prover às necessidades mais prementes das famílias em cada momento (Portugal, 2014).

Contudo, a duração da crise e o alastramento dos seus efeitos a vastos segmentos da população, como os funcionários públicos e os pensionistas, coloca em causa a capacidade das redes sociais continuarem a apoiar a família (Santos, Teles, & Serra, 2014). É pois de esperar que as estratégias que têm sido utilizadas para lidar com a crise (uso de poupanças, ajuda financeira de familiares e amigos, cortes nas despesas familiares), permitindo manter níveis de incumprimento relativamente baixos, estejam à beira do colapso (Lopes & Frade, 2012). Com efeito, apesar da taxa de incumprimento do crédito à habitação se manter relativamente baixa, tem vindo a aumentar nos últimos anos, passado de 1.6% em 2009 para 2.4% em 2013. Também a taxa de incumprimento

6 Para uma discussão sobre os fatores que influenciam o endividamento ver, por exemplo, Santos, Costa, & Teles (2013).

7 O conceito objetivo de sobre-endividamento refere-se aos casos em que as famílias se encontram em situação de impossibilidade de pagamento de uma ou mais dívidas ou em que, embora o devedor continue a satisfazer os seus compromissos, o faz com sérias dificuldades. O sobre-endividamento é também designado de falência ou insolvência dos particulares (Frade et al., 2006).

8 Incumprimento refere-se às situações de não pagamento atempado por parte do devedor (Frade et al., 2006.)

do crédito ao consumo e outros fins passou de cerca de 6.7% em 2009, para 12.7% em 2013, registando um aumento de mais de 90% (Santos, Teles, & Serra, 2014).

1.4. Estudo Atual

Diversos estudos mostram que no escalar das dificuldades financeiras também se agudizam os problemas emocionais, familiares e laborais (Frade et al., 2006). Por exemplo, Drentea (2000) verificou que um maior rácio entre a dívida no cartão de crédito e o rendimento estava associado a um maior nível de ansiedade, verificando-se esta mesma relação para o incumprimento, i.e. situações de incumprimento estavam associadas a um maior nível de ansiedade. Os estudos de Thorne e colaboradores (Thorne & Anderson, 2006; Thorne, 2010) revelam que, nas famílias, o pedido de falência é acompanhado por sentimentos de vergonha, estigmatização, humilhação e fracasso moral.

Com efeito, as dificuldades económicas objetivas (como baixo rendimento ou perda de rendimento, rácio dívida-rendimento elevado, instabilidade profissional, etc.) estão, na maioria dos casos, associadas a preocupações e a estados de tensão/pressão económico-financeira. A tensão/pressão económico-financeira, conceptualizada como o significado ou implicação psicológica das dificuldades económicas (cf. Newland, Crnic, Cox, & Mills-Koonce, 2013) está, por sua vez, ligada a uma ampla gama de sintomas psicológicos negativos como, por exemplo, a depressão (Conger & Conger, 2002; Vinokur, Price, & Caplan, 1996), a ansiedade (Leinonen, Solantus, & Punamaki, 2002), a hostilidade (Newland et al., 2013). A exacerbação dos problemas emocionais está por sua vez associada à deterioração das relações entre os cônjuges, ao aumento do conflito e da instabilidade conjugal (Conger, Rueter, & Elder, 1999; Dew, 2007; Gudmunson, Beutler, Israelsen, McCoy, & Hill, 2007; Vinokur, Price, & Caplan, 1996), com consequências também ao nível das práticas parentais (Leinonen, Solantus, & Punamaki, 2002). As preocupações com dinheiro foram identificadas como o principal motivo das discordâncias entre cônjuges (Conger, Rueter, & Elder, 1999), as quais tendem a surgir em situações de tensão/pressão económica (Gudmunson et al., 2007). Por exemplo, Leinonen, Solantus e Punamaki, (2002) mostram o impacto da crise económica ocorrida na Finlândia no início da década de 1990 nas relações familiares. Mesmo nas famílias com maiores rendimentos, o declínio económico provocou aumento dos níveis de ansiedade parental que, por sua vez, conduziram a práticas parentais mais autoritárias e agressivas/punitivas. Mais recentemente foi também verificado um aumento da depressão na Grécia em consequência da crise económica (Madianos, Economou, Alexiou, & Stefanis, 2011).

É, pois, de esperar que, na situação de crise económica que atualmente afeta Portugal, haja um aumento de sintomas psicológicos negativos e de conflitualidade conjugal, nomeadamente por questões económicas.

Se a crise não afetou o rendimento familiar ou a situação profissional dos cônjuges de igual modo em todos os agregados familiares, os resultados do Eurobarómetro mostram que, entre novembro de 2010 e maio de 2013, mais de 90% dos portugueses consideravam a situação económica do país má ou muito má e que menos de 10% acreditavam que as condições do mercado de trabalho iriam melhorar num futuro próximo (European Commission, 2011, 2012a, 2012b, 2013), sugerindo a transversalidade das preocupações com questões económicas na população portuguesa.

Partindo de um estudo em curso sobre a forma como a crise económica está a afetar os casais portugueses em idade ativa com filhos dependentes (Coelho et al., 2014), este artigo procura analisar de que forma algumas características socioeconómicas das famílias (rendimento mensal e situação profissional dos cônjuges) e mudanças ocorridas na vida familiar durante a crise estão associadas a impactos psicossociais negativos no bem-estar emocional dos cônjuges e no seu relacionamento.

De acordo com os diversos estudos acima referidos, esperamos que as famílias com menores rendimentos e/ou as que tiveram maiores reduções de rendimento e maior necessidade de alterar as suas práticas quotidianas, expressem maiores impactos psicossociais negativos (i.e., que os cônjuges reportem maior diminuição do bem-estar emocional e psicológico e maior conflito relacional). Esperamos também que estes impactos sejam particularmente sentidos pelas famílias em que um dos cônjuges, ou ambos, se encontra desempregado e nas famílias em que o endividamento constitui um fardo muito pesado para o orçamento familiar.

Considerando a importância das redes informais na sociedade portuguesa (Santos, 1993; Portugal, 2014), espera-se também observar transferências de bens e dinheiro dentro das redes de sociabilidade mais próximas, em benefício sobretudo das famílias em maiores dificuldades.

2. Método

Para responder aos objetivos do estudo foi aplicado um questionário a nível nacional a agregados familiares compostos por pelo menos um casal heterossexual em idade ativa (pelo menos um dos cônjuges com idade entre 30 e 50 anos), a viver com pelo menos um/a filho/a dependente (idade inferior a 18 anos ou, se maior de 18 anos, em situação de dependência económica).

2.1. Participantes

A amostra preliminar é composta por 1004 agregados familiares, 36.8% da região NUT-II Norte, 26.7% do Centro, 22.9% de Lisboa, 4.7% do Alentejo, 3.1% do Algarve, 3.4% Açores e 2.5% da Madeira.

Em 56.6% das famílias, a informação relativa ao agregado foi fornecida pelo cônjuge do sexo feminino. A idade dos cônjuges variou entre os 17 e os 61 anos de idade (Homens: $M = 42.37$, $DP = 6.64$; Mulheres: $M = 40.46$, $DP = 6.23$). Mais de três quartos dos casais eram casados (78.3%), 10.4% viviam em união de facto legalmente reconhecida e 11.3% sem vínculo legal. O tempo de coabitação variou entre 1 e 34 anos ($M = 14.12$, $DP = 7.89$). A maioria dos casais coabitavam com uma criança (42.3%) ou duas (37.5%) e apenas 11.1% pertenciam a famílias alargadas ou compostas.

Na maioria dos casais ambos os cônjuges estavam empregados (72.2%). Contudo em 18.7% das famílias pelo menos um dos cônjuges encontrava-se em situação de desemprego (desemprego feminino: 9.2%, desemprego masculino: 7.8%, ambos desempregados: 1.7%). No que refere ao rendimento, 12.1% dos agregados familiares apresentavam um rendimento mensal líquido até 700 euros, 45.1% entre os 701 e os 1400 euros, 31.9% entre 1401 e 2500 euros e 10.8% acima dos 2500 euros. Considerando o rendimento das famílias em função da constituição do agregado familiar, 16.8% das famílias inquiridas encontravam-se abaixo do limiar de pobreza (tendo por referência a linha de pobreza relativa de 2012 que corresponde a 409 euros mensais por adulto equivalente⁹). Nestes 16.8% encontravam-se a totalidade dos agregados familiares com rendimento mensal líquido até 700 euros e ainda 10.4% dos agregados com rendimento mensal entre os 701 e os 1400 euros. Três em cada quatro famílias possuíam empréstimos (73.5%), dos quais 86.7% crédito à habitação.

2.2. Instrumento /Medidas

O questionário aplicado era composto por 54 questões de resposta fechada ou semifechada (para uma descrição completa do instrumento ver Coelho et al., 2014). Para os objetivos deste estudo consideraram-se 6 grupos de questões. Um grupo destinado a avaliar o impacto psicossocial da crise ao nível do bem-estar emocional dos cônjuges e do seu relacionamento, 3 grupos para avaliar as mudanças ocorridas nas vidas das famílias durante a crise económica (nas práticas quotidianas, no rendimento familiar e no endividamento), um grupo sobre a solidariedade dentro das redes sociais informais (oferecer vs. receber), e por último, um grupo de questões relativo às características sociodemográficas dos cônjuges e da família. Dada a necessidade de definir um ponto de referência temporal para avaliar o impacto da crise e as mudanças ocorridas, foi escolhido o ano de 2010 por se tratar do ano que marca a mudança do discurso político nacional e o início das medidas de austeridade para fazer face à crise¹⁰.

9 Para calcular o rendimento por adulto equivalente considerou-se como rendimento mensal líquido do agregado familiar o ponto médio da categoria de rendimento selecionada pelos respondentes.

10 Apesar de podermos datar o início da crise ao ano de 2007 a sua dimensão internacional só se faz sentir em 2008, especialmente após a falência do banco de investimento Lehman Brothers. Entre 2008 e 2009 as medidas adotadas pelos bancos centrais e pelos governos de vários países, entre os quais Portugal, foram medidas de investimento público sem precedentes destinadas a estimular a atividade económica e a limitar os riscos sistémicos potenciais da crise. Neste contexto a economia portuguesa evidenciava alguma robustez, observando menores quebras de atividade do que a maioria das economias desenvolvidas. Contudo, é a partir de finais de 2009, quando as condições nos mercados financeiros internacionais dão alguns sinais de melhoras e se observa uma aceleração da atividade económica a nível global que se despoleta a crise das dívidas soberanas da zona euro (Banco de Portugal, 2010). Assim, 2010 marca o início das medidas de austeridade, inicialmente com os programas de estabilidade e crescimento (PEC) e posteriormente com o processo de ajustamento da economia portuguesa do programa de assistência económica e financeira da *troika*.

Impacto psicossocial da crise.

Pedia-se aos participantes para manifestarem o seu acordo numa escala de 5 pontos (1 = *discordo totalmente*, 5 = *concordo totalmente*) com 7 afirmações respeitantes à vida pessoal e à vida da sua família nos últimos 3 anos (desde 2010). Cinco questões para avaliar o impacto da crise no bem-estar emocional/psicológico dos cônjuges: “eu (ou o/a meu/minha cônjuge) procurei mais vezes o médico ou outro profissional por problemas emocionais, de ansiedade, ou insónias”; “eu (ou o/a meu/minha cônjuge) aumentei a toma de medicamentos ou outro(s) por problemas emocionais, de ansiedade, ou insónias”; “deixei de sair ou fazer programas de diversão/lazer”, das quais duas adaptadas da Escala de Ansiedade e Depressão Hospitalar (Pais-Ribeiro et al., 2007): “sinto-me mais tenso/a ou nervoso/a do que antes”, “sinto menos prazer nas coisas de que costumava gostar”. Duas questões para avaliar o impacto da crise no relacionamento entre os cônjuges: “eu e o/a meu cônjuge estamos mais vezes em desacordo por questões financeiras”; “Eu e o/a meu cônjuge discutimos com mais frequência”.

Mudanças nas vidas das famílias ocorridas durante a crise económica.

Endividamento. Pedia-se aos respondentes para indicarem se o agregado familiar estava a pagar prestações de empréstimos e, se sim: quais os tipos de empréstimos (habitação, automóvel, consumo, cartão de crédito, outro(s)); em que medida essas prestações representam um fardo pesado para o agregado (muito pesado, algo pesado, não são um fardo pesado) e se nos últimos 3 anos (desde 2010) a família teve de atrasar o pagamento de alguma dessas prestações. Perguntava-se também se nos últimos 3 anos (desde 2010), por comparação com os anos anteriores, a família teve que se endividar mais para fazer face às suas necessidades de consumo ou outras obrigações e, se sim, junto de que entidade(s): banco, outra instituição financeira, família, amigo(s), empregador, outro(s).

Rendimento familiar. Para avaliar o efeito da crise no rendimento das famílias era pedido aos participantes para indicarem se nos últimos 3 anos (desde 2010), por comparação com anos anteriores, o rendimento da família aumentou muito, aumentou um pouco, se manteve, diminuiu um pouco ou diminuiu muito. No caso de referirem que o rendimento diminuiu era ainda pedido para indicarem em que proporção: até 25%, de 25% a 50%, 50%, de 50% a 75%, superior a 75%.

Alteração às práticas quotidianas. Foi pedido aos participantes para assinalarem, de entre a lista fornecida, todas as situações ocorridas na sua vida nos últimos 3 anos (desde 2010) em consequência da crise económica: mudança para uma casa com renda/prestação mais baixa; mudança do(s) filho(s) de escola para reduzir a despesa; mudança do meio de transporte utilizado; governar-se com um orçamento familiar mais baixo; trabalhar mais horas; tirar dinheiro das poupanças para cobrir despesas do dia-a-dia; envidar-se para cobrir despesas do dia-a-dia; acumular um emprego suplementar; levar o almoço/marmita para o trabalho; outro(s); nenhuma das anteriores. Para avaliar a relação entre o impacto psicossocial e as alterações às práticas quotidianas foi composta uma variável resultante do somatório das alterações assinaladas. Tendo por base as frequências obtidas, e com vista a simplificar a interpretação dos resultados, foram agrupadas na categoria “4 ou mais alterações” os participantes que reportaram 4, 5, 6, 7 e 8 alterações.

Solidariedade nas redes sociais informais.

Pedi-se aos respondentes para referirem se durante os últimos 3 anos (desde 2010) a família ofereceu bens ou dinheiro, de forma regular, a alguma(s) pessoa(s) que não vive em sua casa (pais, irmãos, filhos, amigos...) e/ou recebeu ajuda económica de outra(s) pessoa(s) (pais, irmãos, filhos, amigos...) através de bens ou dinheiro, de forma regular. De seguida perguntava-se ainda em que medida essas contribuições/ajuda, por comparação com anos anteriores (desde 2010), tinham aumentado muito, aumentado pouco, mantido, diminuído um pouco ou diminuído muito.

Variáveis sociodemográficas dos cônjuges e da família.

Sexo, idade, situação profissional dos cônjuges, concelho de residência, situação conjugal, número de filhos/as, composição do agregado familiar, anos de coabitação e rendimento mensal líquido da família.

2.3. Procedimento

O questionário foi construído por uma equipa multidisciplinar, tendo por base entrevistas e questionários utilizados em inquéritos europeus e nacionais (para uma descrição detalhada do processo ver Coelho et al., 2014). Por forma a garantir que os participantes compreendiam as instruções e as questões e a verificar a validade facial do instrumento foi realizado um pré-teste, com uma pequena amostra de 15 membros de casais heterossexuais com idades compreendidas entre os 27 e os 52 anos, seguido de *cognitive debriefing*. Com base na versão modificada em função do pré-teste foi posteriormente realizado um estudo piloto com 98 participantes que cumpriam os critérios de inclusão. Após algumas modificações adicionais, decididas pela equipa de peritos, chegou-se à versão final do questionário.

A fim de garantir a diversidade de participantes e a representatividade da amostra a nível nacional, os dados foram recolhidos combinando a recolha *online*, através da ferramenta *LimeSurvey*, e técnicas de papel e lápis tradicionais. O inquérito, com um tempo de resposta de aproximadamente 20 minutos, decorreu de março a agosto de 2014.

2.4. Análise dos Dados

Para diferenciar os participantes em função do impacto psicossocial sentido, começámos por efetuar uma análise de classificação automática sobre os 7 itens relativos ao efeito da crise no bem-estar psicológico/emocional dos cônjuges e no seu relacionamento. Em seguida, foram realizados testes de qui-quadrado a fim de determinar se a manifestação de impacto psicossocial era (in)dependente das características socioeconómicas rendimento e situação profissional dos cônjuges e das mudanças ocorridas nas vidas das famílias em função da crise. Foi efetuado ainda um teste do qui-quadrado com o objetivo de verificar se dar/receber bens ou dinheiro da família e/ou amigos era (in)dependente do impacto psicossocial negativo produzido pela crise. Nos casos em que menos de 80% das células apresentavam frequências esperadas inferiores a 5 recorremos à simulação de Monte Carlo (Marôco, 2014). Todas as análises estatísticas foram realizadas recorrendo ao software IBM SPSS Statistics v. 21.

3. Resultados e Discussão

3.1. Impacto Psicossocial da Crise

A análise de classificação automática realizada através do comando K-means cluster extraiu dois grupos de participantes (ver Quadro 1). O primeiro cluster agrupa os respondentes que manifestaram desacordo ou pouco acordo com as 7 afirmações, reportando fraco impacto negativo. Pelo contrário, o segundo cluster agrupou os respondentes que mais concordaram com as afirmações, expressando uma degradação do bem-estar emocional/psicológico e do relacionamento entre os cônjuges nos últimos três anos.

Quadro 1. Impacto psicossocial. Médias em função do cluster (1=discordo totalmente; 5=concordo totalmente).

	1 (n=490)	2 (n=479)	<i>t</i>
Sinto-me mais tenso/a ou nervoso/a do que antes.	3.21	4.26	17.74***
Eu (ou o/a meu/minha cônjuge) procurei mais vezes o médico ou outro profissional por problemas emocionais, de ansiedade, ou insónias.	1.80	3.45	26.24***
Eu e o/a meu/minha cônjuge estamos mais vezes em desacordo por questões financeiras.	2.03	3.63	26.55***
Sinto menos prazer nas coisas de que costumava gostar.	2.31	3.77	23.40***
Eu (ou o/a meu/minha cônjuge) aumentei a toma de medicamentos ou outro(s) por problemas emocionais, de ansiedade, ou insónias.	1.57	3.34	30.12***
Eu e o/a meu/minha cônjuge discutimos com mais frequência.	1.82	3.38	25.94***
Deixei de sair ou fazer programas de diversão/lazer.	3.17	4.18	14.82***

Nota: * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

3.2. Impacto Psicossocial, Características das Famílias e Mudanças Ocorridas durante a Crise

Os resultados dos testes de qui-quadrado realizados a fim de analisar se o impacto psicossocial negativo era (in)dependente das características sociodemográficas rendimento e situação profissional dos cônjuges e das mudanças decorrentes da crise económica ao nível do endividamento, do rendimento familiar e do número de alterações às práticas quotidianas podem ser visualizados no Quadro 2.

Quadro 2. Características socioeconómicas dos cônjuges e das famílias e alterações nas vidas das famílias em função do impacto psicossocial reportado: percentagens e valores do qui-quadrado.

		Cluster 1	Cluster 2	χ^2
<i>Características socioeconómicas dos cônjuges e da família</i>				
Situação profissional dos cônjuges	Ambos empregados	53.8	46.2	25.57***
	Desemprego feminino	48.9	51.1	
	Desemprego masculino	25.7	74.3	
	Ambos desempregados	25.0	75.0	
	Outra situação	51.7	48.3	
Rendimento familiar	Menor que 700€	33.9	66.1	42.80***
	De 701 a 1400€	44.6	55.4	
	De 1401 a 2500€	60.1	39.9	
	De 2501 a 3500€	61.8	38.2	
	Superior a 3500€	77.4	22.6	
<i>Mudanças nas vidas das famílias ocorridas durante a crise económica</i>				
Evolução do rendimento familiar	Aumentou muito	35.3	64.7	44.72***
	Aumentou um pouco	71.0	29.0	
	Manteve-se	62.5	37.5	
	Diminuiu um pouco	51.9	48.1	
	Diminuiu muito	38.1	61.9	
Grau de diminuição do rendimento familiar	Até 25%	50.1	49.9	29.90***
	De 25% a 50%	50.3	49.7	
	50%	38.9	61.1	
	De 50% a 75%	10.9	89.1	
	Superior a 75%	30.0	70.0	
Endividamento	Não	50.6	49.4	.01
	Sim	50.8	49.2	
Peso do endividamento	Fardo muito pesado	36.8	63.2	47.53***
	Fardo algo pesado	52.2	47.8	
	Não são um fardo pesado	76.4	23.6	
Atraso no pagamento	Não	56.7	43.3	43.26***
	Sim	24.2	75.8	
Necessidade de maior endividamento	Não	60.1	39.9	58.02***
	Sim	32.2	67.8	
Alterações às práticas quotidianas	Nenhuma alteração	79.6	20.4	80.92***
	1 alteração	59.0	41.0	
	2 alterações	50.4	49.6	
	3 alterações	41.2	58.8	
	4 ou mais alterações	29.1	70.9	

Nota: * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

Os resultados revelam uma dependência entre o impacto psicossocial negativo e a situação profissional dos cônjuges, sendo maior a proporção de respondentes que reportam impacto negativo entre as famílias com cônjuges desempregados. O impacto negativo é especialmente sentido quando ambos estão desempregados ou quando o desemprego é masculino.

O impacto negativo é também dependente do rendimento familiar. São sobretudo as famílias com menores rendimentos, mas também as que experienciaram redução no rendimento, sobretudo quando essa diminuição foi de 50% ou superior, que reportam consequências negativas ao nível do bem-estar emocional dos cônjuges e aumento das discussões entre o casal. É de salientar que todas as famílias com rendimento mensal inferior a 700€ se encontram abaixo do limiar de pobreza.

No que se refere ao endividamento, não há diferenças significativas entre as famílias que possuem crédito e as famílias que não possuem crédito. Os impactos psicossociais negativos parecem dever-se não à existência de dívida *per se*, mas ao peso que o endividamento representa para os orçamentos familiares, à existência de atrasos no pagamento da dívida e à necessidade de aumentar o nível de endividamento para atender a necessidades de consumo ou outras obrigações.

Relativamente às alterações nas práticas quotidianas familiares, verifica-se que a percentagem de famílias que reporta impactos psicossociais negativos aumenta à medida que aumenta o número de alterações registadas, sendo sobretudo elevada a partir das 4 alterações.

3.3. Papel da Solidariedade no Âmbito das Redes Sociais Informais

Os resultados dos testes de qui-quadrado realizados a fim de analisar a (in)dependência entre o impacto psicossocial e a solidariedade das redes informais (ver Quadro 3) revelam independência relativamente à evolução da contribuição ou da dádiva, o mesmo não se passando relativamente à oferta e ao recebimento de ajudas económicas. Com efeito, encontra-se uma maior proporção de famílias que reportam oferecer bens ou dinheiro de forma regular dentro do grupo de respondentes que manifestam menor impacto psicossocial negativo, ocorrendo o inverso no que se refere a receber ajudas económicas.

Quadro 3. Solidariedade das redes sociais informais em função do impacto psicossocial reportado: percentagens e valores do qui-quadrado.

		Cluster 1	Cluster 2	χ^2
Oferecer	Não	49.4	50.6	4.98*
	Sim	59.8	40.2	
Evolução da contribuição	Aumentaram muito	62.5	37.5	5.37
	Aumentaram um pouco	60.0	40.0	
	Mantiveram-se	69.4	30.6	
	Diminuíram um pouco	43.8	56.3	
	Diminuíram muito	56.3	43.8	
Receber	Não	55.9	44.1	27.09***
	Sim	37.3	62.7	
Evolução da ajuda	Aumentaram muito	26.9	73.1	6.00
	Aumentaram um pouco	28.7	71.3	
	Mantiveram-se	42.5	57.5	
	Diminuíram um pouco	45.5	54.5	
	Diminuíram muito	37.5	62.5	

Nota: * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

4. Discussão

Os resultados sugerem que a crise teve um impacto psicossocial particularmente negativo nas famílias com menores rendimentos, ou seja, aquelas cujos rendimentos se encontram abaixo do limiar de pobreza, e/ou cujo rendimento mensal diminuiu para metade ou menos de metade nos últimos três anos. Este resultado pode advir da maior dificuldade destas famílias em poderem fazer ajustes e cortes nas despesas (cf. Lopes & Frade, 2012). São também os agregados familiares afetados pelo desemprego que reportam maior impacto psicossocial negativo. O facto de o impacto negativo ser maior quando o desemprego atinge ambos os cônjuges ou o homem pode advir de uma maior perda de rendimento. Embora seja de esperar elevada perda de rendimentos quando ambos os cônjuges estão desempregados, mesmo quando abrangidos pelas prestações de desemprego¹¹, se tivermos em conta as desigualdades salariais entre homens e mulheres (e.g. European Commission, 2014), e a evidência de maior contributo dos primeiros para o rendimento familiar (Coelho, 2010), o desemprego masculino deverá significar maior diminuição do rendimento familiar do que o desemprego feminino. Contudo, o maior impacto negativo pode também dever-se aos estereótipos e papéis tradicionais de género, ainda bastante prevaletentes na sociedade portuguesa, que atribuem ao homem o papel de ganha-pão da família (Amâncio, 2007; Perista, 2010; Poeschl, 2000; Torres, Silva, Monteiro, & Cabrita, 2005; Wall, Aboim, & Cunha, 2010). Diversos estudos mostram que as preocupações com dinheiro são particularmente sentidas pelo cônjuge que desempenha o papel de provedor. Por outro lado ainda, as discussões entre cônjuges podem aumentar também pelo facto destes poderem passar a estar mais tempo juntos e este tempo de convivência ser marcado por sentimentos de culpa ou vergonha, nomeadamente por parte daquele que fica impossibilitado de contribuir para o orçamento familiar (cf. Gudmunson et al., 2007).

No que se refere ao endividamento, o impacto psicossocial negativo é sentido sobretudo pelas famílias cujo endividamento constitui um fardo muito pesado para o orçamento familiar e/ou quando a família teve de atrasar o pagamento de alguma prestação de empréstimo ou contrair mais dívida para fazer face às necessidades ou obrigações. Este resultado vai de encontro a diversos estudos que apontam para uma associação entre a tensão despertada por problemas económico-financeiros e diversos sintomas psicológicos negativos (e.g. Conger & Conger, 2002; Gudmunson et al., 2007; Leinonen, Solantus, & Punamaki, 2002; Madianos et al., 2011; Newland et al., 2013; Vinokur, Price, & Caplan, 1996), ou aumento do conflito conjugal (Conger, Rueter, & Elder, 1999; Dew, 2007; Gudmunson et al., 2007; Leinonen, Solantus, & Punamaki, 2002; Vinokur, Price, & Caplan, 1996), bem como do impacto emocional das situações de endividamento, incumprimento e sobre-endividamento (Drentea, 2000; Frade et al., 2006; Thorne & Anderson, 2006; Thorne, 2010).

Quanto às alterações ocorridas na vida das famílias, o maior ou menor impacto negativo pode advir da natureza das mudanças realizadas para ajustar o rendimento disponível às necessidades da família e ao cumprimento das obrigações. Com efeito, algumas mudanças são passíveis de causar maior impacto emocional do que outras, quer pelas alterações produzidas no dia-a-dia das famílias, quer pela representação social associada a essas alterações. Assim, por exemplo, alterar o meio de transporte ou passar a levar marmita para o trabalho terá com certeza impacto diferente de passar a trabalhar mais horas, acumular um emprego suplementar ou ter de se endividar para cobrir as despesas diárias. Contudo, o facto da percentagem de famílias que reporta impactos psicossociais negativos aumentar à medida que aumenta o número de alterações ocorridas sugere também a importância do efeito cumulativo destas alterações¹².

Os resultados salientam ainda a importância da solidariedade da família e das redes sociais informais para lidar com a crise. As redes sociais informais estão presentes na ajuda económica às famílias em maior dificuldade já que é nas famílias que reportam maior impacto negativo que as contribuições e ajudas económicas estão particularmente presentes. O facto da percentagem de famílias a oferecer ajuda económica ser apenas ligeiramente superior no grupo que não reportou impactos psicossociais negativos sugere a importância das preocupações

11 Em 2014 o valor das prestações de desemprego correspondia a 65% da remuneração de referência, até um limite máximo de 1048.05 €.

12 Ver, por exemplo, Roca et al., 2012, para uma discussão sobre a relação entre *stress life events* e depressão.

económico-financeiras no bem-estar emocional dos indivíduos e das famílias. Com efeito, é de supor que as famílias que oferecem ajuda económica sejam aquelas que, apesar da crise e do declínio económico, mantêm uma situação económica que lhes permite dispor de uma parte do seu rendimento para ajudar outras pessoas em maiores dificuldades. Contudo, a análise apresentada permite apenas compreender o papel das redes sociais de solidariedade no apoio às famílias de acordo com o nível de impacto psicossocial negativo manifestado. Para compreender de que forma a solidariedade das redes sociais informais funciona ao nível das dificuldades económicas objetivas das famílias seria necessário realizar outras análises, nomeadamente verificar a (in)dependência entre dar/receber e aspetos como o rendimento da família, o seu nível de endividamento, a situação profissional dos cônjuges, *etc.*.

5. Limitações do Estudo

Podem ser apontadas diversas limitações ao estudo. Em primeiro lugar, a medida usada para avaliar o impacto psicossocial negativo da crise é bastante limitada, deixando de fora, por exemplo, dimensões do relacionamento entre pais e filhos, da qualidade de relacionamento entre os cônjuges, problemas ao nível do desempenho profissional, *etc.* Outra limitação prende-se com o facto de a avaliação do impacto emocional ser efetuada por apenas um dos cônjuges, sendo que apenas as questões relativas ao aumento da toma de medicamentos ou procura de consulta médica se reportam a ambos os cônjuges.

Também a determinação do período temporal de comparação – últimos três anos (desde 2010) – pode não corresponder para todas as famílias ao início do impacto da crise. Com efeito, o aumento do desemprego que se vinha a sentir desde o início do milénio acentuou-se já em 2008, com o início da crise financeira internacional. Também por esta altura se deu um pico nas taxas de juro do crédito à habitação, que vinham aumentando já desde 2006 (PORDATA, 2014b), o que poderá ter constituído o momento iniciador das dificuldades económicas para muitas famílias, daí decorrendo a necessidade de alteração das práticas quotidianas para fazer face à diminuição de rendimento.

Pela natureza sensível da temática em estudo, e dado tratar-se de um estudo através de inquérito por auto-retrato, é necessário ter em consideração possíveis questões de desejabilidade social nas respostas obtidas, pelo que deve ser tida alguma reserva na interpretação dos resultados. Por outro lado ainda, a natureza transversal e correlacional do estudo não permite estabelecer relações causais entre as várias dimensões em análise.

6. Conclusões

Apesar das limitações, os resultados encontrados vêm corroborar diversos estudos que mostram o impacto das dificuldades económicas no bem-estar emocional dos indivíduos e das famílias (*e.g.* Conger & Conger, 2002; Frade et al., 2006; Newland et al., 2013; Gudmunson et al., 2007). Apesar de não constituírem uma novidade, os resultados são particularmente importantes, tendo em conta o contexto atual de abrandamento económico e as poucas perspetivas de uma rápida retoma que permita recuperar o número de empregos destruídos desde o início da crise (ILO, 2014).

Será importante também, para um país que atravessa um inverno demográfico, ter em consideração os impactos negativos da crise no bem-estar das crianças. É sabido que a percentagem de crianças em risco de pobreza tem aumentado em Portugal (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2014). Contudo, diversos estudos mostram que, mesmo quando o nível económico das famílias se mantém bastante razoável, as relações familiares e a qualidade das práticas parentais é consideravelmente comprometida em situações de declínio económico, com importantes consequências negativas sobre o desenvolvimento e o bem-estar das crianças (*cf.* Leinonen, Solantaus, & Punamäki, 2002).

Se os resultados apoiam o papel de suporte da sociedade providência às famílias em maiores dificuldades, à semelhança do que tem acontecido noutros momentos e face a outras necessidades e situações (*cf.* Frade et al., 2006; Portugal, 2014), a continuidade da crise, sem fim à vista, e os cortes no Estado Social colocam em risco

a capacidade de manutenção desse papel (Lopes & Frade, 2012; Santos, Teles, & Serra, 2014). Num contexto de efetiva escassez de emprego, não só em Portugal mas globalmente, será importante avaliar o papel do Estado Social no apoio às famílias em dificuldades. Esta avaliação deverá ter em conta a capacidade das prestações sociais fazerem face a situações de dificuldade económica, mas também o impacto social das políticas públicas e o possível estigma social que possam trazer (ver por exemplo Frade & Conceição, 2013), para não se cair no risco de as próprias autoridades públicas, através da legislação, vitimizarem duplamente (*cf.* Correia & Vala, 2003) os indivíduos e as famílias em dificuldade.

Referências Bibliográficas

- AMÂNCIO, L. (2007), “Género e divisão do trabalho doméstico – o caso Português em perspectiva”. In Wall, K., Amâncio, L. (org.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 181-209.
- BANCO DE PORTUGAL (2010), *Relatório do Conselho de Administração. Relatório e Contas 2009*, Lisboa, Banco de Portugal, Disponível em http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/RelAnuaisAnteriores/Documents/rel_09_p.pdf, [consultado em 09-12-2014].
- BANCO DE PORTUGAL (2014), *Relatório do Conselho de Administração. A Economia Portuguesa*, Lisboa: Banco de Portugal, Disponível em http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/Publicacoes/RA_pt.pdf, [consultado em 24-10-2014].
- BURTON, D. (2008), *Credit and Consumer Society*, New York: Routledge.
- CENTENO, M. & NOVO, A. A. (2013), Segmentar os salários. In Banco de Portugal (ed.), *Boletim Económico Inverno, 19* (4), pp. 55-64, Disponível em http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AB201316_p.pdf, [consultado em 12-12-2014].
- COELHO, L. (2010), *Mulheres, Família e Desigualdade em Portugal*. Tese de Doutoramento, Coimbra: Universidade de Coimbra, Portugal, Disponível em https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13833/1/DissertaçãoDout_Lina%20Coelho.pdf, [consultado em 09-12-2014].
- COELHO, L., FERREIRA-VALENTE, A., CORDEIRO SANTOS, A., FRADE, C., VIEIRA, C., JESUS, F., OLIVEIRA, M., MARQUES, R., & PORTUGAL, S. (2014), *Finances, Gender and Power: How are Portuguese Households Managing their Finances in the Context of Economic Crisis?—Preliminary Results*, Coimbra, CES, 91, Disponível em http://www.ces.uc.pt/fct/Relatorio_1_FINFAM_Versao_1_Abril2014.pdf, [consultado em 09-12-2014].
- CONGER, R. D., & CONGER, K. J. (2002), “Resilience in Midwestern families: selected findings from the first decade of a prospective, longitudinal study”, *Journal of Marriage and Family*, 64, pp. 361-373.
- CONGER, R. D., RUETER, M. A., & ELDER, G. H. JR. (1999), “Couple resilience to economic pressure”, *Journal of Personality and Social Psychology*, 76 (1), pp. 54-71.
- CORREIA, I., & VALA, J. (2003), “Crença no mundo justo e vitimização secundária: o papel moderador da inocência da vítima e da persistência do sofrimento”, *Análise Psicológica*, 3 (21), pp. 341-352.
- COSTA, S., & FARINHA, L. (2012), “O endividamento das famílias: uma análise microeconómica com base nos resultados do Inquérito à Situação Financeira das Famílias”. In Banco de Portugal (eds.), *Relatório de Estabilidade Financeira Maio 2012*, Lisboa: Banco de Portugal, pp. 137-164.
- DEW, J. (2007), “Two sides of the same coin? The differing roles of assets and consumer debt in marriage”, *Journal of Family and Economic Issues*, 28 (1), pp. 89-104.
- DRENTEA, P. (2000), “Age, debt and anxiety”, *Journal of Health and Social Behavior*, 41 (4), pp. 437-450.

- EUROPEAN COMMISSION (2011), *Standard Eurobarometer 74 Autumn 2010*, Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb74/eb74_fact_pt_en.pdf [consultado em 02-12-2014].
- EUROPEAN COMMISSION (2012a), *Standard Eurobarometer 76 Autumn 2011*, Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb76/eb76_fact_pt_en.pdf [consultado em 02-12-2014].
- EUROPEAN COMMISSION (2012b), *Standard Eurobarometer 77 Spring 2012*, Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb77/eb77_fact_pt_en.pdf [consultado em 02-12-2014].
- EUROPEAN COMMISSION (2013), *Standard Eurobarometer 79 Spring 2013*, Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb79/eb79_fact_pt_en.pdf [consultado em 02-12-2014].
- EUROPEAN COMMISSION (2014), *Tackling the Gender Pay Gap in the European Union*, Luxembourg: Publications Office of the European Union, doi:10.2838/42323
- FRADE, C. (coord.) (2006), *Desemprego e Sobreendividamento: Contornos de uma Ligação Perigosa*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- FRADE, C. & CONCEIÇÃO, A. F. (2013), “A reprodução do estigma na insolvência das famílias”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 101, pp. 135-152, doi: 10.4000/rccs.5396.
- GONÇALVES, C. M. (2005), “Evoluções recentes do desemprego em Portugal”, *Sociologia*, 1 (15), pp. 125-164.
- GUDMUNSON, C. G., BEUTLER, I. F., ISRAELSEN, C. L., MCCOY, J. K., & HILL, E. J. (2007), “Linking financial strain to marital instability: examining the roles of emotional distress and marital interaction”, *Journal of Family and Economic Issues*, 28 (3), pp. 357–376.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA [INE] (2014), *Rendimento e Condições de Vida 2013 (Dados Provisórios), Destaque Informação à Comunicação Social*, Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquese&DESTAQUESdest_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2 [consultado em 24-10-2014].
- INTERNATIONAL LABOUR OFFICE [ILO] (2014), *Global Employment Trends 2014: Risk of a Jobless Recovery?* Geneva: International Labour Office.
- LEINONEN, J. A., SOLANTAUS, T. S., & PUNAMÄKI, R.-L. (2002), “The specific mediating paths between economic hardship and the quality of parenting”, *International Journal of Behavioral Development*, 26 (5), pp. 423–435, doi: 10.1080/01650250143000364.
- LOPES, C. A., & FRADE, C. (2012), “The way into bankruptcy: market anomie and sacrifice among Portuguese consumers”, *Journal of Consumer Policy*, 35 (4), pp. 477-496.
- MADIANOS, M., ECONOMOU, M., ALEXIOU, T., & STEFANIS, C. (2011), “Depression and economic hardship across Greece in 2008 and 2009: Two cross-sectional surveys nationwide”. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 46 (10), pp. 943-952, doi: 10.1007/s00127-010-0265-4.
- MARÔCO, J. (2014), *Análise Estatística com o SPSS Statistics*, Pêro Pinheiro: Report Number.
- MARQUES, M. M. L., & FRADE, C. (2000), “O endividamento dos consumidores em Portugal: questões principais”, *Notas Económicas*, 14, pp.13-25, Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/25251>, [consultado em 04-11-2014],
- NEWLAND, R. P., CRNIC, K. A., COX, M. J., & MILLS-KOONCE, W. R. (2013), “The family model stress and maternal psychological symptoms: mediated pathways from economic hardship to parenting”, *Journal of Family Psychology*, 27 (1), pp. 96–105, doi: 10.1037/a0031112.
- PAIS-RIBEIRO, J. SILVA, I., FERREIRA, T., MARTINS, A., MENESES, R., & BALTAR, M. (2007), “Validation study of a Portuguese version of the Hospital Anxiety and Depression Scale”, *Psychology, Health & Medicine*, 12 (2), pp. 225–237, doi: 10.1080/13548500500524088.

- PERISTA, H. (2010), “Mulheres, homens e usos do tempo - quinze anos após a plataforma de acção de Pequim, onde estamos, em Portugal?”, *Revista de Estudos Demográficos*, pp. 47-63.
- POESCHL, G. (2000), “Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais”, *Análise Social*, 35 (156), pp. 695-719.
- PORDATA (2014a), *População Desempregada: Total e por Duração da Procura de Emprego – Portugal*, Disponível em <http://www.pordata.pt/Portugal/Populacao+desempregada+total+e+por+duracao+da+procura+de+emprego+%28R%29-360>, [consultado em 11-11-2014].
- PORDATA (2014b), *Taxas de Juro sobre Novas Operações de Empréstimos (média anual) a Particulares: Total e por Tipo de Finalidade*, Disponível em <http://www.pordata.pt/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela12>, [consultado em 12-11-2014].
- PORTUGAL, S. (2014), *Famílias e Redes Sociais Fortes: Ligações Fortes na Produção de Bem-Estar*, Coimbra: Almedina.
- PRIMO BRAGA, C., & VINCELETTE, G. A. (eds.) (2010), *Sovereign Debt and the Financial Crisis. Default Book Series*, Washington, DC: The World Bank, doi: 10.1596/978-0-8213-8483-1.
- ROCA, M., GILLY, M., GARCIA-CAMPAYO, J., ARMENGOL, S., BAUZA, N., & GARCÍA-TORO, M. (2012), “Stressful life events severity in patients with first and recurrent depressive episodes”, *Social Psychiatry & Psychiatric Epidemiology*, 48 (12), pp. 1963–1969, doi: 10.1007/s00127-013-0691-1.
- SANTOS, A. C., COSTA, V., & TELES, N. (2013), “A economia política do consumo e do crédito às famílias: um contributo interdisciplinar”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 101, pp. 9-38, doi: 10.4000/rccs.5338
- SANTOS, A. C., TELES, N., & SERRA, N. (2014), “Finança e habitação em Portugal”, *Cadernos do Observatório sobre Crises e Alternativas*, 2, pp. 1-59. Disponível em http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/cadernos/CadernoObserv_II_julho2014.pdf, [consultado em 22-10-2014].
- SANTOS, B. S. (1993). *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Edições Afrontamento.
- SILVA, P. A., & PEREIRA, M. T. (2012), “As políticas de proteção no desemprego em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 70, pp. 133-150, doi:10.7458/SPP2012701214
- SOROS, G. (2008), *The New Paradigm for Financial Markets: The Credit Crisis of 2008 and What it Means*, New York: Public Affairs.
- THORNE, D. (2010), “Extreme financial strain: emergent chores, gender inequality and emotional distress”, *Journal of Family and Economic Issues*, 31 (2), pp. 185-197, doi: 10.1007/s10834-010-9189-0.
- THORNE, D., & ANDERSON, L. (2006), “Managing the stigma of personal bankruptcy”, *Sociological Focus*, 39, pp. 77–97.
- TORRES, A. C., SILVA, F. V., MONTEIRO, T. L., & CABRITA, M. (2005), *Homens e Mulheres Entre Família e Trabalho* (2ª edição), Lisboa: Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento.
- UNDP (2009), *The Current Economic and Financial Crisis: A Gender Perspective*, Background paper, Spring, Disponível em <http://www.undp.org/women>, [consultado em 02-06-2014].
- UNITED NATIONS [UN] (2013), *The Millennium Development Goals Report*, United Nations, New York, Disponível em <http://www.un.org/millenniumgoals/>, [consultado em 03-06-2014].
- VALADAS, C. (2013), “Mudanças nas políticas: do (des)emprego à empregabilidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 102, pp. 89-110, doi: 10.4000/rccs.5479.
- VINOKUR, A. D., PRICE, R. H., & CAPLAN, R. D. (1996), “Hard times and hurtful partners: how financial strain affects depression and relationship satisfaction of unemployed persons and their spouses”, *Journal of Personality and Social Psychology*, 71 (1), pp. 166-179.

WALL, K., ABOIM, S., & CUNHA, V. (org.) (2010), *A Vida Familiar no Masculino. Negociando Velhas e Novas Masculinidades*, Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Agradecimentos

As autoras agradecem o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, bem assim como os contributos dos restantes membros da equipa de investigação, nomeadamente de Cristina Vieira para a construção do questionário utilizado. Agradecem também o apoio de todas as pessoas e instituições que contribuíram para divulgar o estudo e para o processo de recolha de dados.